



A “AD” é uma organização não-governamental com fins não lucrativos, apartidária e não religiosa, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Tem a sua sede em Bissau

A “AD” tem como objetivos gerais os seguintes:

a) encorajar e reforçar as iniciativas que conduzam a um desenvolvimento que associe o autêntico progresso do homem e a justiça, através da:

- criação de estruturas que promovam o desenvolvimento das organizações de base e
- promoção de sistemas alternativos de financiamento do desenvolvimento das populações

b) contribuir para a participação ativa da população rural e urbana na elaboração, execução e avaliação das atividades que promovam o seu progresso económico, social e cultural

c) incentivar a valorização das capacidades das populações urbanas e rurais favorecendo a sua iniciativa e a sua organização em agrupamentos e associações que desenvolvam os seus recursos e defendam os seus interesses.

d) sensibilizar as populações rurais e a opinião pública guineense e internacional para problemas causados pela deterioração do meio ambiente na Guiné-Bissau assim como promover técnicas agro-silvo-pastoris a valorização e conservação dos recursos genéticos locais no quadro da luta pela preservação da natureza e da melhoria das condições de vida das populações.

2. Tem ainda como principais domínios de intervenção

a) Desenvolvimento Comunitário / apoio às mulheres: organização rural, alfabetização, actividades geradoras de receitas, descascadoras, cuidados primários de saúde, formação técnica rural, e bancos rurais de poupança e crédito.

b) Agro-alimentar: horticultura, secagem solar, banco de cereais, pequenos aproveitamentos hidráulicos, formação e vulgarização e processos de conservação e transformação.

c) Meio ambiente e floresta: luta anti-erosiva, fabrico de composto, técnicas culturais agrícolas, repovoamento florestal, agrosilvicultura, viveiros de plantas, colecta e conservação de recursos genéticos locais, formação;

d) Desenvolvimento urbano / apoio aos jovens: actividades geradoras de receitas, pequena produção animal, oficinas de reparação, carpintarias, prevenção e educação sanitária, formação técnica especializada, desporto, artesanato e crédito;

e) Desenvolvimento rural integrado: facilitar o intercâmbio de experiências, ideias e apoios entre os diversos agrupamentos, associações e cooperativas existentes no país.

O alcance dos objetivos pressupõe a escolha dos três Desafios Temáticos para os próximos 10 anos:

Primeiro Desafio contribuir para a criação de condições para uma soberania alimentar na G.B

Este desafio representa a prioridade expressa das comunidades rurais e do país. A AD, enquanto estrutura de promoção de novas formas organizativas no mundo rural e urbano, de sensibilização local e de combate a nível global, considera que este desafio assume várias vertentes da sua intervenção:

1. Influenciar a política agrícola nacional, em especial a sua componente de segurança alimentar, intervindo a nível da plataforma das ONG, das redes de ONG, de associações locais atuando neste domínio e junto das delegações locais do Ministério de Agricultura nas zonas onde a AD está presente, influenciando e condicionando desta forma as decisões políticas.
2. Criar sinergias com outras ONG nacionais e estrangeiras para combater as políticas que defendem e praticam a livre entrada de alimentos nos países do Terceiro Mundo, protagonizada principalmente pela OMC e que põem em causa a soberania alimentar na Guiné-Bissau.
3. Promover uma concertação sub-regional com ONG e associações de base dos países vizinhos, para a defesa da soberania alimentar e a apresentação de propostas concretas alternativas ao actual estado da situação alimentar, que inclua o estabelecimento de

acordos comerciais entre associações e comunidades dos diferentes países e a promoção de mercados semanais (lulus), entre outros.

4. Contribuir para a definição, a nível de cada sector geográfico de intervenção da AD, dos produtos estratégicos que servirão de motor e serão os dinamizadores de processos locais do desenvolvimento social, cultural e económico, em que a AD será chamada a desempenhar uma acção de pesquisa, concepção, execução e assistência técnica e que contribuirá para a segurança alimentar local.
5. Promover a diversificação de culturas agrícolas, como a resposta às irregularidades climáticas e à preponderância da cultura de arroz, em função das condições e desafios climáticos, hábitos alimentares e carências nutricionais prevalentes, incluindo a criação e reforço de uma rede de agricultores produtores de sementes, plantas e propágulos.
6. Apostar na criação diversificada de iniciativas geradores de receitas a nível da comunidade, das associações e individuais que permitam melhorar as condições financeiras das unidades familiares e do seu acesso a bens alimentares, assim como promoção a introdução de novas tecnologias adaptadas que facilitem e alieirem o trabalho das mulheres, assegurando melhores rendimentos.
7. Promover a valorização e utilização dos recursos naturais de forma racional e sustentável, trazendo benefício às comunidades locais, incentivando-as a reforçar os sistemas tradicionais de proteção e conservação da natureza.

Segundo Desafio: Desenvolver e reforçar as organizações locais e comunitárias que promovam um modelo de sociedade justo, solidário e democrático

A abertura das comunidades locais à modernidade e ao desenvolvimento vai exigir da sua parte um esforço para a sua organização em moldes novos que aceitem os desafios do progresso, preservem o fundamental das suas identidades e culturas e criem mecanismos de defesa face a interesses que não são os seus.

O desafio maior da AD é contribuir para a identificação, promoção e divulgação deste tipo de organizações, sem as quais o desenvolvimento local será efémero, inconsistente e a qualquer momento reversível. A AD deverá estar na primeira linha deste determinante processo por forma a:

1. Contribuir para a participação activa dos grupos mais pobres das populações rurais e urbanas, protagonizando a descentralização política e a construção de um sistema de democracia participativa.
2. Apoiar o reforço interno e a capacidade das organizações locais para poderem melhorar as condições de vida das comunidades locais e assumirem um papel na definição das políticas sociais e económicas das zonas onde estão inseridas
3. Promover o associativismo rural e urbano, enquanto formas inovadoras de participação organizada e solidária de combate às desigualdades e injustiça sociais, económicas e políticas e que engendram a exclusão, promovendo uma justa repartição dos recursos, igualdade de oportunidades, acesso aos serviços sociais de base e à participação na elaboração e controlo das políticas de desenvolvimento.
4. Promover a capacitação das associações locais, comunidades, jovens e mulheres, através da criação de sistemas de formação e capacitação dos líderes, membros e associados, de forma mais formal (na Escola de Artes e Ofícios de Quelele e CENFOR de S.Domingos) ou de maior proximidade (CTA de Iale, formação em serviço, etc.)
5. Contribuir para o surgimento e reforço de redes temáticas de organizações (rádios comunitárias, pescadores, fruticultores, etc.) como forma de obter um maior protagonismo na conquista de espaços de intervenção para a promoção de um sistema democrático consolidado.
6. Promover de uma forma continua e contextualizada organização de encontros temáticos centrados em temas prioritários para o desenvolvimento justo e responsável
7. Criar e renovar de uma forma sistemática centros de documentação e informação nas organizações e estruturas locais que permitam, particularmente aos líderes e jovens, o acesso ao conhecimento e à experiência
8. Capitalizar os conhecimentos adquiridos pela longa experiência da AD, passando-os a escrito e partilhando-os com as organizações afins e com os seus parceiros.

Terceiro desafio: Incrementar o surgimento de processos inovadores de efeitos multiplicadores para a resolução dos desafios comunitários

A AD defende que uma ONG se justifica pela incessante procura de novos caminhos para os novos desafios do desenvolvimento, mesmo que isso implique os riscos inerentes à pesquisa de tudo o que é inovador. Os sucessos que a AD teve neste domínio (rádios comunitárias, escolas EVA, associativismo rural e urbano, escolas populares, ensino

profissional, gestão comunitária da floresta de Cantanhez) tornam-na moralmente responsável para prosseguir nesta via, em especial devendo:

1. Promover novos sistemas de comunicação activa das comunidades locais, em que elas possam exprimir as suas prioridades, expor as suas preocupações e problemas e defender os seus interesses, utilizando em particular as rádios e televisões comunitárias.
2. Aprofundar as estruturas e mecanismos de gestão comunitária dos recursos naturais, do tipo das Escolas de Verificação Ambiental, das Reservas Educativas e das Casas do Ambiente e Cultura.
3. Apoiar novos processos alternativos de educação comunitária e popular, em particular através da criação centros de recursos e de animação infantil, formação para o desenvolvimento (alfabetização via rádio) e surgimento de fóruns de concertação dos promotores locais de ensino.
4. Contribuir para o acesso a energias alternativas como forma de garantir a proteção e o equilíbrio do ecossistema numa perspectiva a longo prazo,
5. Contribuir para a melhoria das condições de vida e da autonomia da população local através de implementação de programas de formação profissional e capacitação de jovens e mulheres